

# Carta da Cepia

Ano VII número 9 dezembro de 2001

**N**este novo número da Carta da Cepia, nosso tema central é o debate sobre Direitos Humanos e Racismo, provocado pela Conferência Internacional da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul de 31 de agosto a 7 de setembro. Na realidade, este evento deve ser entendido como a parte mais visível de um contínuo, que compreende tanto um longo e difícil processo preparatório, com diversas reuniões nacionais e regionais, bem como um leque de questões que se colocam para a sociedade civil, governos e organismos internacionais, após a Conferência.

A Cepia participou deste processo e da Conferência, e pretende acompanhar os desdobramentos do debate sobre igualdade/diversidade étnico-racial que, finalmente, parece estar impactando o Estado e a sociedade brasileira.

Os impactos desta Conferência foram, entretanto, atropelados pelos atentados terroristas de 11 de setembro cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir, tanto no clima de insegurança mundial, quanto na exacerbação de uma nova xenofobia, ameaçando um projeto de PAZ mundial.

Apesar deste contexto internacional desfavorável, cresce no Brasil a consciência de que não é mais possível desconhecer a histórica discriminação sócio-econômica e cultural da nossa população afro-descendente, que demanda medidas urgentes de governo, empresariado, mídia e da sociedade civil organizada.

Ainda neste número, apresentamos uma síntese dos diversos projetos que estamos realizando e que se desenvolvem em espaços e com parcerias diversas, coerentes com a nossa proposta de aprofundar o diálogo com distintos setores sociais. Estamos assim informando sobre nosso trabalho na Comunidade da Maré, em salas de espera de hospitais públicos, em universidades, em redes de ONGs nacionais e internacionais e no âmbito do Fórum da Sociedade Civil nas Américas.

Encerramos o ano de 2001 com a esperança, sempre renovada, de que é possível um mundo mais justo, solidário e fraterno.

*A diretoria*



## Artigo

**Considerações sobre a situação mundial pós 11 de setembro**

Jacqueline Pitanguy. Pág. 2

## Projetos

**Reprodução de vídeos educativos e informativos.** Pág. 8

**Capacitação de policiais**  
Pág. 11

**A Lei 9.099/95 em debate**  
Leila Linhares Barsted  
Pág. 12

## Conferência

**Reportagem especial sobre a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, o Fórum das ONGs e atividades paralelas**

Págs. 3 a 7

## Nova publicação

**As Mulheres e a Legislação contra o Racismo**

Pág. 16

## Entrevista

**Mulheres palestinas sob o jugo da ocupação israelense**

Sumaya Fahat-Naser. Pág. 18

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO MUNDIAL PÓS 11 DE SETEMBRO

Jacqueline Pitanguy

**A**o derrubar o World Trade Center e parte do Pentágono, destruindo covardemente milhares de vidas humanas, o atentado terrorista de 11 de Setembro estabeleceu um marco crucial na história das relações internacionais, tornando evidente que enfrentamos hoje a dramática transnacionalização das causas e efeitos de conflitos étnicos, raciais, de gênero, religiosos, econômicos e políticos. Ao mesmo tempo em que condenamos veementemente os atentados terroristas, ressaltamos que a complexidade da atual situação mundial demanda respostas concertadas que sigam mais além de posições simplistas e unilaterais. Neste sentido, gostaríamos de chamar a atenção para certas características do quadro internacional atual, e seus efeitos nefastos sobre um projeto de paz mundial.

A situação de *apartheid* social dentro dos países e entre os países do Norte e do Sul é insustentável. A distribuição de riquezas e do acesso a recursos e serviços alcançou níveis de desigualdade sem precedentes na história da humanidade. Segundo dados recentes do IBGE, no Brasil, por exemplo, existem hoje cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Neste marco de desigualdades as mulheres são sempre as mais pobres entre os pobres.

A paz mundial se vê também profundamente ameaçada pela agudização do conflito Palestina-Israel, que parece haver chegado hoje a um impasse cuja única saída é a intensificação do diálogo entre os grupos de ativistas pela paz e pelos direitos humanos, atuando em ambos lados, particularmente as coligações de mulheres palestinas e israelenses.

A globalização, acelerada pela revolução das tecnologias de comunicação, desconhece fronteiras no que se refere à circulação de capitais financeiros e da informação. No entanto, o poder decisório mundial se concentra em um número inaceitavelmente pequeno de países desenvolvidos (G7). Esta situação se vê agravada pela crescente perda de poder das Nações Uni-

das na prevenção e resolução de conflitos e na promoção da paz. E pelo fato de que, sendo formalmente democrática, mantém mecanismos excludentes de tomada de decisões como seu Conselho de Segurança, fechado a participação da expressiva maioria dos países.

Enfrentamos assim, em um mundo interligado, uma estrutura oligárquica e excludente de tomada de decisões globais onde determinados países detêm posições hegemônicas apesar de que os efeitos de tais decisões alcançam todo o planeta. Estas estruturas hegemônicas estão dominadas pelo poder masculino, excluindo as mulheres.

Para a construção de uma plataforma de paz, apoiada no respeito à diversidade, é importante rejeitar as definições unilaterais de terrorismo, particularmente aquelas que o associam tão somente ao Islamismo. Lamentavelmente, católicos e protestantes, judeus e muçulmanos têm usado, em diferentes momentos da história, táticas terroristas. Qualquer que seja o fundamento religioso, as mulheres são sempre as principais vítimas do fundamentalismo, sofrendo violações sistemáticas de seus direitos civis, de seu direito à segurança e à integridade corporal, de seus direitos reprodutivos e sexuais. No regime Talibã do Afeganistão estas violações chegaram a um grau máximo. Lamentavelmente, poucas vezes se levantaram contra tal situação e, até recentemente, diversos governos seguiram apoiando este regime que condenou as mulheres à morte civil.

Neste momento de profunda angústia, reafirmamos nosso compromisso com o paradigma dos direitos humanos, com o respeito à diversidade, com a justiça social e a equidade de gênero, raça e etnia.

***A distribuição de riquezas e do acesso a recursos e serviços alcançou níveis de desigualdade sem precedentes na história da humanidade.***





## Conferência mundial contra o racismo

# DURBAN É SÓ O COMEÇO

Rosana Heringer<sup>1</sup>

**R**ealizou-se entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Alguns dias antes, ocorreu na mesma cidade o Fórum das ONGs, paralelo à Conferência oficial. Este conjunto de atividades, além de dezenas de eventos paralelos, reuniu cerca de 15 mil pessoas vindas de todas as partes do mundo.

Em Durban promoveu-se um encontro de agendas variadas, que tinham em comum a luta contra a discriminação e a exclusão. Com intensidades diferentes, foi possível inscrever no documento final a maior parte das demandas ali explicitadas. E agora, em um cenário de guerra e incerteza, é hora de trabalhar na concretização das idéias ali acordadas. Chegou-se a um documento final. Imperfeito, mas o possível para estes tempos. Aprovado por dezenas de países ainda presentes no final da conferência, deve agora servir como instrumento de luta contra o terrorismo, a intolerância, o preconceito e os abusos praticados em nome da ordem. A conclusão não pode ser outra: não se pode jogar no lixo os esforços de anos de preparação e reflexão, que resultaram na Declaração e no Plano de Ação de Durban.

Mais do que nunca a agenda de Durban é oportuna e atual. Mais do que nunca o mundo demonstra, pela força e pelo terrorismo, as dificuldades em resolver conflitos que misturam uma variedade de aspectos, combinando desigualdades econômicas absurdas e diferenças culturais, étnicas, raciais e religiosas de toda ordem.

As acaloradas discussões no Fórum das ONGs — colocando lado a lado colonizados e colonizadores, israelenses e palestinos, europeus e ciganos, indígenas e invasores, negros e brancos — voltam à memória. Como esquecer as longas horas de negociação dentro dos comitês de redação dos documentos finais da conferência, em que muçulmanos recusavam-se a



Sonia Pereira Nascimento, Rosana Heringer, Nilza Iraci, Jurema Werneck e Lúcia Xavier

traduzir a palavra gênero, alegando que não tinha nenhum significado em árabe? Impossível ignorar que diplomatas do Caribe defendiam as reparações aos povos vítimas da escravidão e do colonialismo, lembrando a dívida paga pelo Haiti à França no momento da sua independência.

Para o contexto brasileiro, a conferência traz como resultado principal a incorporação na agenda brasileira, de forma permanente, do debate sobre inclusão social, levando em conta as oportunidades desigualmente distribuídas em função da cor da pele, da aparência, do gênero, da orientação sexual, dos hábitos culturais, das crenças religiosas, de necessidades especiais. Todas estas temáticas passam a fazer parte do repertório de desafios colocados para o Brasil neste início de milênio, na busca de realizar na prática o ideal de igualdade e respeito à diferença consagrado em nossa constituição e nas convenções internacionais que ratificamos.

Outras conferências das Nações Unidas tiveram lugar nas últimas décadas. As mulheres, as crianças e os adolescentes, por exemplo, foram grupos diretamente beneficiados pela possibilidade que tiveram de registrar em um documento internacionalmente reconhecido os seus direitos específicos e as estratégias para alcançá-los.



Alexandra Teixeira, assistente de projetos do Fundo Global para Mulheres, Rosana Heringer, pesquisadora da Cepia e Kavita Ramdas, presidente do Fundo Global para Mulheres, durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul

<sup>1</sup> Socióloga, pesquisadora da Cepia e Coordenadora de Programas do Fórum da Sociedade Civil nas Américas.

Também a luta pela preservação ambiental fortaleceu-se e institucionalizou-se a partir da mobilização para conferências mundiais específicas. Tais grupos específicos constituíram-se como atores sociais importantes no cenário internacional em grande medida porque foram capazes de se conhecer e reconhecer internacionalmente, construindo alianças que permitiram dar visibilidade as suas demandas também no plano nacional e local.

As torres do World Trade Center desabando, prenúncio de uma série de ataques e contra-ataques cujas conseqüências ainda não são possíveis dimensionar, foram chocantes para todos. Apesar do ceticismo e das dificuldades

que perpassaram muitos momentos da conferência, as milhares de pessoas lá presentes certamente voltaram para casa acreditando um pouco mais na possibilidade de se negociar e resolver pacificamente os conflitos étnicos, raciais, culturais e religiosos de toda ordem, que foram expostos e debatidos.

Cada bombardeio que assistimos na TV deve ser para nós um lembrete de que o caminho da negociação e da paz continuará sendo uma meta e de que temos a nossa própria tarefa interna de reduzir a violência e as desigualdades que atingem grande parte de nosso povo e cujas causas também são a discriminação, o racismo e a intolerância.



## CELEBRANDO A DIVERSIDADE

A interseção entre racismo, sexismo e direitos humanos



Rosana Heringer (ao centro) durante a oficina "Celebrando a diversidade", em Durban, África do Sul

Uma das atividades mais interessantes e emocionantes entre as que tiveram lugar na programação do Fórum das ONGs, paralelo à Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul, foi a realização de uma "audiência pública", sobre a interseção entre racismo, sexismo e outras formas de opressão.

O evento aconteceu no dia 31 de agosto de 2001, e foi promovido pelo Centro para Liderança Global das Mulheres (CWGL – Center for Women's Global Leadership), uma ONG feminista norte-americana. A audiência abordou três temas abrangentes e desafiadores:

- Integridade Corporal e Sexualidade
- Migração e Imigração
- Guerra, Conflito e Genocídio

Dentro de cada um dos temas, foram trazidos depoimentos de mulheres que, através de sua história de vida, testemunharam e denunciaram as viola-

ções de direitos humanos sofridas por milhões de mulheres no mundo pertencentes a grupos discriminados. Todos os depoimentos foram carregados de emoção, levando a platéia a solidarizar-se com os horrores vividos pelas mulheres submetidas a vários tipos de opressão: violência sexual em prisões norte-americanas; insegurança e precariedade nas condições de vida de mulheres palestinas nos territórios ocupados; mulheres vítimas da guerra civil no Congo; tráfico de mulheres árabes na Alemanha, entre outros depoimentos igualmente impressionantes, pela sua crueldade, mas também pela força renovadora e pela coragem demonstrada por cada uma daquelas mulheres, acima de tudo, sobreviventes.

A íntegra dos depoimentos será publicada em inglês em 2002 pelo CWGL. Maiores informações sobre a audiência e demais atividades desenvolvidas pelo CWGL podem ser obtidas no site:

[www.cwgl.rutgers.edu](http://www.cwgl.rutgers.edu)

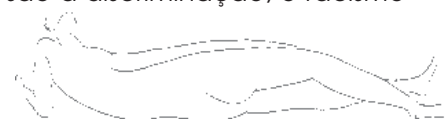
### DEPOIMENTOS

#### Integridade física e sexualidade

- *Nobantu Prudence Mabele* — Desafios do HIV/AIDS e Orientação Sexual (África do Sul)
- *Indira Ghale* — Tráfico de mulheres Dalit (intocáveis); (Nepal)
- *Vera Kurtic e Slavica Vasic* — Discriminação racial e sexual das mulheres Romas
- *Tonya McClary* — Sistema de Justiça Criminal (EUA)

#### Migração e Imigração

- *Solange Pierre* — Discriminação contra trabalhadores haitianos e seus descendentes (República Dominicana)





- *Meera Samanther e Rozana Iza* — Obstáculos às Trabalhadoras domésticas estrangeiras (Malásia)
- *Behshid Najafi* — Defesa dos direitos das mulheres migrantes (Alemanha)
- *Nahar Alam* — Experiências de mulheres imigrantes e asylum seekers nos EUA (Bangladesh)

#### Guerra, Conflito e Genocídio

- *Manar Faraj e Vivian Stromberg* — A vida das mulheres nos campos de refugiados (Palestina)
- *Doris Mpoumou* — Guerra, conflito, violência sexual e etnicidade (República do Congo)
- *Maria Toj* — Genocídio e Etnocídio dos Povos Indígenas (Guatemala)
- *Ita Nadia* — Os altos índices de estupro de mulheres de descendência chinesa (Indonésia)



## O FÓRUM DE ONGS EM DURBAN DESTAQUE PARA AS MULHERES

Cada participante viveu sua própria Conferência Mundial contra o Racismo. Esta é a sensação que emerge quando dois ou mais dos cerca de 500 brasileiros que lá estiveram conversam e comentam suas impressões sobre os eventos em Durban.

**F**ilas, problemas de hospedagem, dificuldades para o credenciamento das ONGs foram dramas vividos pela grande maioria dos participantes. Vencidos, porém, estes obstáculos, a variedade das atividades no Fórum de ONGs era muita, permitindo diferentes opções.

Cerca de 5.000 pessoas participaram do Fórum de ONGs, que aconteceu na semana anterior à Conferência oficial. A abertura do Fórum paralelo foi marcada por discursos que relembrou a importância simbólica desta conferência estar sendo realizada na África do Sul, país que, como lembrou o Presidente Thabo Mbeki, guarda em suas esquinas as marcas vivas do regime de segregação racial. A representante do Comitê organizador do Fórum, Mercia Andrews, por sua vez, destacou a importância desta conferência como um espaço onde as organizações presentes teriam a oportunidade de quebrar protocolos e falar de temas nem sempre falados, tais como a questão dos dalits, dos romãs, dos palestinos, das reparações aos afrodescendentes, dos indígenas, entre outros assuntos.

A Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Mary Robinson, também esteve presente na abertura, e marcou seu discurso com uma mensagem de estímulo ao diálogo e à construção de propostas: “Não devemos subestimar o que teremos a chance de conquistar nesta conferência”.



### Celebre a Diversidade: Lute pelos Direitos de TODAS as Mulheres!



“Ninguém pode negar a todas as mulheres do mundo o direito ao amanhecer.”

#### A Comissão de Gênero:

##### “Nunca somos apenas mulheres ...”

Uma das atividades mais interessantes do Fórum de ONGs foi o dia de atividades organizado pela Comissão de Gênero, destinada a fornecer subsídios para a Declaração Final das ONGs. Com a participação de mais de 500 mulheres ao longo do dia, contando com tradução simultânea organizada de forma voluntária e com uma extensa programação alternando sessões plenárias e grupos de trabalho, a “Gender Commission” cumpriu sua missão de servir como um espaço de encontro de mulheres de todas as partes do mundo, dando sua contribuição à luta anti-racista. Após mais de 10 horas de trabalho, chegou-se a um elenco de análises e propostas destinadas a subsidiar a declaração final.

Entre os principais pontos discutidos durante este dia de trabalho, destacamos: a persistência do preconceito contra as mulheres africanas, ainda vistas pelo resto do mundo como “atrasadas” e ignorantes; a feminização da epidemia de HIV/ AIDS como mais um fator de marginalização das mulheres africanas; a importância de se garantir os direitos dos migrantes como um fator importante para defender os direitos das mulheres em várias partes do mundo.

Uma visão geral dos principais desafios apresentados às mulheres pela agenda de Durban foi sintetizado por Kimberly Shaw, ativista feminista negra dos EUA: “Estamos tentando fazer a ponte entre Beijing e Durban e precisamos ampliar o conhecimento sobre como estas duas formas de discriminação



Plenária da Comissão de Gênero, destinada a fornecer subsídios para a Declaração Final das ONGs

não estão separadas. É preciso conectar a forma como vivenciamos estas discriminações no dia a dia com o debate internacional travado aqui". Kimberly utilizou uma imagem muito concreta para resumir o caminho a ser percorrido pelas mulheres na luta pelos seus direitos: "Temos que ver este processo como uma estrada com muitos sinais e placas pelo caminho. Existe a estrada do sexismo, com seus muitos sinais de patriarcado, violência sexual etc. Existe a estrada da homofobia, com suas placas que limitam a liberdade de orientação sexual. Estas e outras estradas convergem no momento em que uma mulher marginalizada de diversas formas (por sua origem étnica, sua condição econômica, seu lugar na família etc.) tenta atravessar a estrada. O desafio é falar deste momento e desta encruzilhada no mesmo momento, e não em uma conferência de cada vez".

Após a plenária de abertura, foram apresentadas agendas regionais de temas a serem incluídos no documento, numa perspectiva de gênero. Vale a pena destacar os pontos levantados pela representante da América do Norte, Youmma Chala, antecipando sem saber um leque de questões que hoje estão mais do que nunca presentes nos debates da sociedade norte-americana, após os acontecimentos de 11 de setembro: o impacto da política externa norte-americana na política interna; o poder da mídia e das imagens preconceituosas por ela veiculadas; a militarização e criminalização de comunidades compostas por minorias étnicas e raciais; a necessidade de revisão das leis de imigração e da situação referentes a asilados e imigrantes ilegais; a privatização do sistema penal e o impacto das reformas no sistema de welfare, entre outros temas.

Epsy Campbell, da Costa Rica, responsável por apresentar uma agenda de questões para as mulheres da América Latina, destacou o fato de que 80% das mulheres afrodescendentes latino-americanas são pobres. Esta situação é fruto do processo de globalização acelerada nas últimas décadas, mas não apenas deste, pois trata-se de um quadro estrutural que remonta há cinco séculos atrás.

As participantes que apresentaram as contribuições por região destacaram a necessidade de organizar um monitoramento do cumprimento do Plano de Ação de Durban, através dos instrumentos já existentes, pressionando para que as Nações Unidas dediquem recursos materiais e humanos a esta tarefa.

No momento seguinte da Comissão de Gênero, as participantes dividiram-se em 19 grupos de trabalho temáticos, destinados a apresentar contribuições em temas como "Gênero e Ocupação Estrangeira", "Gênero, Criminalidade e Justiça", "Gênero e Juventude", entre outros. No grupo do qual tive oportunidade de participar, destinado a abordar o tema de "Gênero e Globalização", destacaram-se as preocupações com o impacto do comércio internacional sobre as mulheres e a crescente perda de autonomia dos Estados nacionais para lidar com as regras internacionais, definidas em organismos como a OMC. Afirmou-se que é importante pressionar os Estados para que honrem, na OMC, os tratados internacionais de Direitos Humanos por eles ratificados.

Finalmente foram organizados grupos de trabalho destinados a discutir estratégias específicas de intervenção do movimento de mulheres. Uma das discussões mais ricas se deu no âmbito do grupo responsável pelo tema "Institucionalização das agendas de Beijing e Durban: ampliando o movimento internacional de mulheres", que teve como facilitadora Charlotte Bunch, do CWGL (EUA).

A grande conclusão foi o reconhecimento de que nenhuma conferência mundial pode acontecer sem que as mulheres estejam presentes e sejam ouvidas.

As conferências levam-nos a uma reflexão sobre nós mesmas. E esta que trata de racismo é particularmente difícil, porque nos leva a pensar sobre as nossas dificuldades pessoais em lidar com estas questões, já que nenhuma de nós é só mulher, pois pertencemos a grupos específicos, de diferentes tipos. Como observou uma participante, "há algumas experiências terríveis e outras maravilhosas que resultam do fato de sermos mulheres vivendo em situações de conflito étnico, religioso, cultural, político, entre outras dimensões".



## RACISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das principais atividades entre os eventos paralelos à Conferência mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, foi o seminário internacional "Racismo e Políticas Públicas", organizado pelo UNRISD (Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desenvolvimento Social), sediado em Genebra.

Reunindo especialistas de todas as partes do mundo, o seminário concentrou-se na análise das questões envolvidas na formulação, implementação e monitoramento de políticas voltadas para a redução das desigualdades entre grupos raciais, étnicos, culturais e/ou religiosos. Sessões de trabalho especifi-

cas trataram de temas como política educacional, políticas de saúde, política fundiária, representação partidária de grupos minoritários ou discriminados, políticas de ação afirmativa, entre outros assuntos.

O grande mérito do seminário foi a possibilidade de trazer para o debate visões diversificadas sobre o tema, inclusive em termos de representatividade regional, deslocando o foco das políticas adotadas nos EUA, normalmente predominantes nos debates sobre estas questões.

Maiores informações sobre o seminário, os conferencistas e a íntegra dos textos apresentados estão disponíveis (em inglês) no *site* [www.unrisd.org](http://www.unrisd.org)



## DIÁLOGO SOBRE A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO

Como parte das atividades preparatórias das ONGs brasileiras para a Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em setembro de 2001 na África do Sul, realizou-se no Rio de Janeiro o *I Diálogo sobre a Conferência Mundial contra o Racismo*, nos dias 19 e 20 de julho de 2001. O Diálogo foi uma iniciativa da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e do Observatório da Cidadania e contou com a participação da Cepia na sua organização.

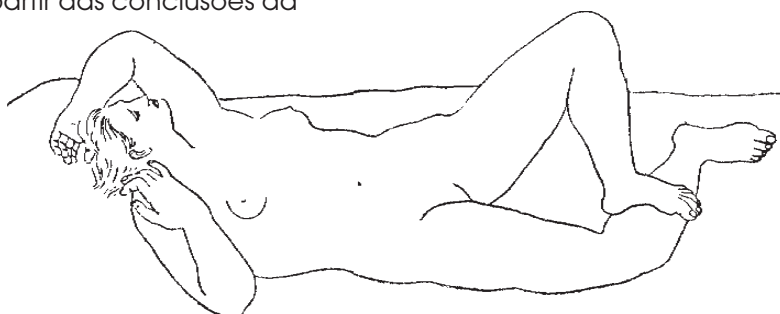
A reunião contou com cerca de 40 participantes de todo o Brasil e teve como objetivo estabelecer um diálogo entre ativistas de diferentes segmentos, situados num mesmo campo político, atuantes nos processos nacional e internacional preparatórios da Conferência Mundial contra o Racismo. O ponto de partida foi a constatação do pouco envolvimento das organizações da sociedade civil em geral no processo preparatório da CMR. Diante deste quadro, pretende-se, a partir das conclusões da

reunião, visualizar perspectivas pós-Durban e agendas futuras, onde os diferentes segmentos reunidos neste diálogo possam atuar de maneira articulada.

O relatório da reunião contém um histórico das articulações e atividades preparatórias à CMR; uma discussão sobre o nexos entre questão racial e questão democrática; o debate sobre alianças; a luta contra o racismo como mudança de valores, além de uma síntese das propostas, perspectivas e agendas futuras ali apresentadas.

As conclusões deste relatório e os próximos passos desta articulação foram discutidos na segunda reunião do Diálogo, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de novembro de 2001. A íntegra do relatório e outras informações podem ser obtidas através do e-mail:

[observatorio@ibase.br](mailto:observatorio@ibase.br)





## REPRODUÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS/INFORMATIVOS



Ao longo dos anos 90, a Cepia produziu uma série de filmes (spots) de 30 segundos, voltados fundamentalmente para a mulher casada ou vivendo relações estáveis, alertando-as e a seus companheiros, sobre os riscos de contágio pelo vírus HIV. Estas peças publicitárias, dirigidas por cineastas como Murilo Salles e Lúcia Murat, foram difundidas por canais de TV como Globo, Bandeirantes, TV Educativa, entre outras.

Acreditando que devemos sempre otimizar a utilização dos recursos disponíveis na área de saúde, a CEPIA iniciou, em abril de 2001, o projeto Reprodução de Vídeos Educativos/Informativos, em parceria com o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de DST/AIDS.

Este novo projeto visa contribuir para o aumento da percepção, por parte das mulheres, sobre a necessidade do uso da "camisinha" nas relações sexuais, através da exibição dos vídeos produzidos pela Cepia nas salas de espera de Unidades Municipais de Saúde do SUS-RJ. Essa ação permite também levar informações a mulheres usuárias do SUS em grupos informativos e/ou educativos como os de planejamento familiar, adolescentes e mães, sobre como se proteger do vírus da AIDS, desmistificando a idéia de que mulheres casadas estariam protegidas.

Numa parceria com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ), foram selecionadas 12 estudantes de serviço social para atuarem como agentes motivadores de debates nos grupos onde os filmes são projetados. Estas estudantes são super-



Reunião com estudantes de Serviço Social que atuam no projeto Reprodução de Vídeos Educativos/Informativos

visionadas pelas Assistentes Sociais das Unidades Municipais de Saúde e recebem orientação técnica e metodológica da Cepia e do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino (ESS-UFRJ).

Até outubro de 2001 foram realizadas 141 salas de espera, atingindo 1716 pessoas, dentre as quais, cerca de 90,1% do sexo feminino. As mulheres participantes das atividades de sala de espera são incentivadas a aderir aos projetos da Secretaria Municipal de Saúde que oferecem camisinhas à clientela, dentro das atividades de prevenção de contágio pelo vírus HIV.

Unidades de saúde participantes do projeto:

- Centro Municipal de Saúde Marcolino Candau (Cidade Nova),
- Centro Municipal de Saúde Milton Fontes Magarão (Engenho de Dentro)
- Hospital Maternidade Alexander Fleming (Marechal Hermes)
- Hospital Maternidade Carmela Dutra (Lins de Vasconcelos)
- Hospital Raphael de Paula e Souza (Jacarepaguá)
- Instituto da Mulher Fernando Magalhães (São Cristóvão)
- Posto de Atendimento Médico Rodolpho Rocco (Del Castilho)
- Posto de Saúde Pedro Nava (Campo Grande)







## PROJETO CIDADANIA DAS MULHERES

Iniciado em junho de 2000, o *Projeto Cidadania das Mulheres* está promovendo um novo ciclo de atividades.

Como parte de um Programa Regional de Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar contra a Mulher, este projeto vem sendo desenvolvido na Vila do João, Complexo da Maré, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e tem dentre os seus objetivos a criação de uma rede de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e a implementação de um Centro de Referência da Mulher.

No segundo semestre de 2001 demos início a um ciclo de palestras voltadas para interlocutores privilegiados — lideranças da comunidade, profissionais das áreas da saúde, educação e justiça e de serviços de apoio a vítimas de violência doméstica e sexual — e elaboramos um Programa de Sensibilização dos Profissionais que atendem à população da área da Maré. Esse Programa está sendo desenvolvido em parceria com os órgãos de governo estadual e municipal do Rio de Janeiro e pretende sensibilizar os profissionais dos diferentes serviços para a violência específica de que são vítimas as mulheres.

A proposta é adaptar os conteúdos programáticos aos diferentes públicos — professores, orientadores pedagógicos, diretores de escolas, médicos, enfermeiros e auxiliares, defensores públicos e estagiários de direitos, além de funcionários da administração dos diferentes serviços — que mesmo indiretamente convivem com a violência intrafamiliar e,

muitas vezes, não sabem como ajudar às vítimas. Integrá-los a uma rede de serviços e profissionais especializados pode facilitar e agilizar o apoio e atendimento a essas mulheres, fortalecendo e consolidando a necessária articulação dos diferentes serviços.

Paralelamente, estamos dando início ao funcionamento do Centro de Referência da Mulher em uma sala do Posto de Saúde da Vila do João. Nossos agentes comunitários foram capacitados para orientar e encaminhar as mulheres da localidade aos diferentes serviços de apoio já existentes. Em agosto de 2001 passamos a contar com a assistência voluntária de uma advogada do CIAM – Centro Integrado de Atenção à Mulher, que tem prestado orientação jurídica aos moradores da comunidade. O objetivo é que esse Centro funcione como uma referência básica de ajuda às mulheres vítimas de violência intrafamiliar na localidade.

Apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, o *Projeto Cidadania das Mulheres* visa, em perspectiva mais ampla, integrar a rede de combate à violência de gênero às ações de fortalecimento da cidadania feminina e à luta pelo respeito aos direitos humanos das mulheres.



Atividades do Projeto Cidadania das Mulheres desenvolvido na Vila do João, Complexo da Maré, zona norte da cidade do Rio de Janeiro

Projetos

## NOVOS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA



O Fórum da Sociedade Civil nas Américas, em parceria com o Centro de Estudios de Estado y Sociedad (Cedes – Argentina), o Cels (Centro de Estudios Legales y Sociales) e a Flacso (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) organizou a reunião Novos Desafios da Responsabilidade Política. A reunião aconteceu nos dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2001, em Buenos Aires, Argentina e reuniu 120 lideranças políticas latino-americanas para discutir o impacto social, cultural, econômico e na saúde de três problemas cruciais no campo dos direitos humanos: a violência contra a mulher, o HIV/AIDS e a gravidez não planejada.

Na abertura da reunião participaram o Dr. Raúl Alfonsín, ex-presidente da República Argentina, Dr. Jose Barzelatto e Jacqueline Pitanguy, respectivamente Presidente e Diretora Executiva do Fórum da Sociedade Civil nas Américas. Jose Barzelatto falou sobre **Os novos desafios da responsabilidade política e o propósito da reunião**,

enquanto Jacqueline Pitanguy fez uma apresentação sobre Saúde e Direitos Humanos. Durante o evento o Dr. Paulo Roberto Teixeira, Coordenador Nacional do Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde do Brasil e o Dr. Eduardo Jorge, Secretario Municipal de Saúde de São Paulo relataram sua experiência no campo da AIDS, da violência sexual e da gravidez não desejada. Silvana Ramos, diretora do Cedes, entidade organizadora desta Conferência, fez o encerramento.



Dr. Jose Barzelatto faz sua apresentação na abertura da Conferência Novos Desafios da Responsabilidade Política

Os textos que subsidiaram as discussões foram os seguintes:

- **“O HIV/AIDS: uma perspectiva multidimensional”**, de Mario Bronfman, Diretor do Centro de Investigaciones en Sistemas de Salud (CISS), Instituto Nacional de Salud Pública de México (INSP). Coordenador do Centro Colaborador de ONUSIDA–INSP e Cristina Herrera, Pesquisadora associada ao CISS (INSP); Coordenadora do Grupo Latinoamericano de Trabajo en Mujeres y Sida (GLAMS), Centro Colaborador de ONUSIDA-INSP.
- **“A violência contra a mulher: um problema de equidade de gênero”**, de Claudia Garcia Moreno, Coordenadora de Gênero e Estudo Multicêntrico sobre Saúde da Mulher e Violência de Gênero. Depto. De Gênero e Saúde da Mulher, OMS.
- **“Gravidez não desejada: impacto sobre a saúde e a sociedade na América Latina e Caribe”**, de Ana Langer, em colaboração com Henry Espinoza, ambos do escritório Regional para América Latina e Caribe, do Population Council.

Os textos apresentados, bem como as conclusões da reunião, estão disponíveis no site: [www.forumcivil.org.br](http://www.forumcivil.org.br)



Conselho Diretor do Fórum da Sociedade Civil nas Américas reunido durante a conferência.



## CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS

A Cepia, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM organizou, no Rio de Janeiro, no período de 9 a 12 de dezembro, o *Encontro Direitos Humanos X Violência contra a mulher: atuando na capacitação de policiais de delegacias de mulheres*, que contou com a presença de representantes de 16 ONGs de diversos estados brasileiros — Acre, Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Brasília, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esse Encontro foi precedido de uma série de atividades realizadas pelo CNDM, dentre as quais a elaboração da *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres*, sob a responsabilidade da pesquisadora Kelly Cristiane da Silva, e de 5 seminários regionais para divulgação dessa pesquisa nas cidades de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória.

A Cepia também promoveu atividades preliminares ao Encontro, dentre as quais a organização de 2 *workshops* para colher subsídios na definição de novos cursos. O primeiro, realizado no auditório do Ciam – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, com policiais de DEAMs, que participaram dos cursos promovidos pela Cepia na Academia de Polícia do Rio de Janeiro, em 1999. O segundo *workshop* reuniu Delegadas de Polícia que atuam ou

já atuam em DEAMs e foi realizado no auditório da Delegacia Legal da Mulher Rio.

Na abertura do Encontro, que contou com a presença da Presidente do Cedim, de representantes da Comissão de Segurança da Mulher do Rio de Janeiro, de Delegadas e policiais de Delegacias de Mulheres, dentre outros, a Professora Lia Zanotta Machado, consultora para análise dos dados coletados pelo CNDM, apresentou os resultados da *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulheres* que revelam tanto a importância dessas unidades policiais, quanto as suas deficiências e diferenças regionais.

Nesse Encontro foram discutidas questões básicas para trabalhar com policiais sobre direitos humanos e violência contra a mulher; apresentadas dinâmicas de grupo que facilitam esse trabalho e elaborado um modelo de curso para policiais de delegacias de mulheres que possa ser aplicado nacionalmente, com as adaptações necessárias aos diversos contextos. O CNDM pretende, em um primeiro momento, apoiar a capacitação de 30 Delegacias de Mulheres, e, ao longo do ano de 2002, dar continuidade a esse processo com a capacitação de novas DEAMs.



Ligia Doutel de Andrade, presidente do Cedim; Regina Arraes, conselheira e representante do CNDM; Maria Elvira Vieira de Mello e Leila Linhares Barsted, da Cepia, na sessão de abertura do Encontro *Direitos Humanos X Violência contra a mulher: atuando na capacitação de policiais de delegacias de mulheres*.

## XI CURSO "SABER MÉDICO, CORPO E SOCIEDADE"

Em 2001 foi realizada a décima primeira edição do curso "Saber Médico, Corpo e Sociedade", promovido pela Cepia, em parceria com a Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), sob a coordenação da Profa. Aílica Navarro e de Jacqueline Pitanguy.

O programa está estruturado em quatro módulos que abrangem os seguintes temas: Saber

Médico, Corpo e Sexualidade; Racionalidades: saber e práticas médicas; Sobre o Método Científico; e medicina e Sociedade. Os diferentes módulos contam com a participação de professores convidados, da Cepia, da UFRJ e do Instituto de Medicina Social da Uerj.

A recente greve dos professores teve como consequência a extensão do curso até março de 2002.





## III CURSO GÊNERO CORPO E ENFERMAGEM

O III CURSO GÊNERO CORPO E ENFERMAGEM ocorreu no período de 11 de setembro a 27 de novembro de 2001, promovido em parceria pela CEPIA e pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do estado do Rio de Janeiro (Feuerj).



Foram realizados 12 encontros, sempre às terças feiras das 14 às 17:00h, na Feuerj, em Vila Isabel. O público foi composto de graduandos(as) em Enfermagem.

O curso é gratuito e visa incorporar a noção de gênero às ações de Enfermagem. Oferecido inicialmente como um curso de extensão nas versões anteriores, a partir de agora foi incluído como uma cadeira do programa de especialização em enferma-



gem obstétrica daquela faculdade, conforme a política do ministério da saúde de incentivar a formação de especialistas na área da saúde da mulher.



## A LEI 9.099/95 EM DEBATE

Leila Linhares Barsted

O debate sobre a lei 9.099/95 que criou os Juizados Especiais Criminais para tratar dos chamados "crimes de menor potencial ofensivo" tem mobilizado grupos feministas e, em especial, mulheres operadoras do direito. Isso porque calcula-se que 80% dos casos apreciados ou julgados por esses Juizados são de violência doméstica contra as mulheres. Assim, passados seis anos de sua vigência, pode-se dizer que a Lei 9.099/95 tornou-se a lei de violência doméstica brasileira sem que houvesse na sua elaboração a participação do movimento de mulheres.

Em outubro desse ano, reuniram-se na Cepia advogadas feministas, de diversas Ongs e instituições tais como Agende, Cepia, Cfemea, Cladem, Themis, Instituto dos Advogados Brasileiros e Defensoria Pública com o intuito de promover uma reflexão crítica e sistemática sobre essa Lei, avaliando seu impacto na vida das mulheres. Nessa reunião constatou-se a banalização com que tem sido tratada a violência contra a mulher, em especial as lesões corporais e as ameaças, caracterizadas pela Lei como "crimes de menor potencial ofensivo". Avaliou-se que os

melhores esforços para aperfeiçoar a Lei 9.099/95 esbarram no marco ideológico dessa lei que não incorporou a existência de relações de poder entre homens e mulheres, em especial no espaço doméstico. Como bem sintetizou a advogada Carmen Campos, do grupo Themis, essa é uma lei que presuppõe um delito eventual entre homens, ao contrário da violência doméstica que, longe de ser um fato isolado, desenvolve-se durante anos e atinge as mulheres de forma contínua. Para as operadoras do direito que se reuniram na Cepia colocou-se o desafio de pensar uma legislação sobre violência doméstica contra as mulheres que incorpore a perspectiva de gênero, contenha mecanismos de proteção às vítimas e contemple o disposto na *Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará*, elaborada pela Organização dos Estados Americanos OEA, em 1994. Tal proposta, por outro lado, não endossa a tradicional visão exclusivamente repressora da legislação penal e introduz a utilização de mecanismos do direito civil que possam fortalecer as mulheres na defesa de seus direitos.

***Avaliou-se que esforços para aperfeiçoar a Lei 9.099/95 esbarram no marco ideológico dessa lei que não incorporou a existência de relações de poder entre homens e mulheres.***





## SEMINÁRIO EM SALZBURG

Entre 26 de setembro e 3 de outubro de 2001, Jacqueline Pitanguy participou, como professora (*faculty*), do Seminário "Determinantes Sociais da Saúde Pública", realizado em Salzburg, Áustria.

Reunindo mais de 60 representantes de todo o mundo, os participantes debateram sobre a influência de questões ligadas à justiça social, conflitos de guerra, raça, gênero, pobreza e espiritualidade no âmbito da saúde.

Na foto, integrantes do grupo de trabalho coordenado por Jacqueline Pitanguy, oriundos dos seguintes países: Porto Rico, EUA, Espanha, Etiópia, Nigéria, Romênia e Armênia. Diana Valladares, Gerente dos Programas de Saúde da Mulher da secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, foi uma

das participantes do evento (na foto, a quinta pessoa de pé da esquerda para a direita).



## ADVOCACIA PRO BONO

A prática da advocacia *pro bono*, isto é, advocacia voluntária, nas causas que envolvem questões de direitos humanos é muito comum nos Estados Unidos e na Europa, contando com uma forte e bem articulada rede de participantes.

No Brasil, a prática é antiga, mas sua formalização é recente. Em novembro de 2001 foi inaugurado em São Paulo o Instituto *Pro Bono*, que vem se aliar ao CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados na organização desta oferta de esforço voluntário para defesa dos direitos humanos.

É importante destacar que a violência contra a mulher é o primeiro tema a receber atenção especial do emergente movimento *pro bono* brasileiro. Nesse sentido, a Cepia, representada pela advogada Maria Elvira Vieira de Mello participou de dois eventos este ano: em fevereiro, à convite da Fundação Ford, do seminário *Pro Bono at Light Speed – Where Law Firms, Corporate In-House Counsel and Pro Bono Intersect*, organizado pelo *Pro Bono Institute*, da Universidade de Georgetown, Washington, DC; em novembro, à convite da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, do Seminário *Advocacia Pro Bono em Defesa da Mulher Vítima de Violência*.

## VISITA DE ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS À CEPIA



Em 4 de julho de 2001 um grupo de estudantes da disciplina Direitos Humanos da New York University, em companhia do seu professor Peter Lucas, visitaram a Cepia, onde tomaram contato com as atividades desenvolvidas nesta área e receberam informações sobre a trajetória dos direitos humanos no Brasil, desde a ditadura militar ao momento atual.

## I COLÓQUIO DE DIREITOS HUMANOS

Representando a Cepia e o Fórum da Sociedade Civil nas Américas, as pesquisadoras Maria Elvira V. de Mello e Adriana Mota estiveram presentes no I Colóquio Anual de Direitos Humanos de São Paulo, ocorrido entre os dias 14 e 25 de maio.

O Colóquio foi realizado pelo Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos e seu objetivo foi a formação e capacitação de 140 lideranças em direitos humanos na América Latina, países da África de língua portuguesa e Timor Leste. Mais informações no site:

[www.consorciodh.com.br](http://www.consorciodh.com.br)



## REUNIÃO DO CONSELHO DO FUNDO GLOBAL PARA MULHERES

Connie Evans e Sumaya Fahat-Naser, integrantes do Conselho Diretor do Global Fund for Women (Fundo Global para Mulheres), sua presidente, Kavita Ramdas e sua diretora Nicola McIntyre reuniram-se em setembro de 2001 na Cepia com Jacqueline Pitanguy, que assumiu a Coordenação do Conselho desta entidade.

O GFW apoia grupos de mulheres em todo o mundo, caracterizando-se por sua agilidade em responder às demandas, tendo distribuído, em 2000, cerca de 4 milhões de dólares a grupos na África, Ásia, Europa Oriental e América Latina e Caribe. O GFW tem apoiado inclusive grupos de mulheres no Afeganistão e em campos de refugiados no Paquistão.



Jacqueline Pitanguy, Nicola McIntyre, Kavita Ramdas, Connie Evans e Sumaya Fahat-Naser



## REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS – REBRIP

### Assembléia, estatuto e nova coordenação

Em 14 de setembro de 2001, realizou-se no Rio de Janeiro a I Assembléia Nacional da Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. A Rebrip pretende ser um espaço coletivo de articulação, discussão, mobilização e incidência sobre os processos regionais, hemisféricos e globais de integração e comércio e atuar nos níveis local, nacional, regional e internacional. É constituída por ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais que têm como prioridade o tema da integração regional e do comércio justo e democrático.

Durante a assembléia, além da discussão das estratégias de ação da rede, foi aprovado o estatuto e foram eleitas a coordenação geral e a coordenação executiva, com mandato de dois anos. A Cepia, como secretaria executiva do Fórum da Sociedade Civil nas Américas, faz parte da coordenação geral, composta por 13 instituições: Fase, Cut, FNU, MST, Ser Mulher, Terra Azul, Ibase, Cedec, Cepia, MNDH, Inesc, Faor e Action Aid Brasil.

*Coordenação executiva:* Fase, Cut, Ser Mulher, Inesc e Cedec

*Secretaria executiva:* Fase

E-mail: [rebrip@alternex.com.br](mailto:rebrip@alternex.com.br)



## FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL NAS AMÉRICAS: NOVO SITE, NOVO E-MAIL

Entrou no ar recentemente o novo site do Fórum da Sociedade Civil nas Américas. O novo endereço ([www.forumcivil.org.br](http://www.forumcivil.org.br)) abriga também novos conteúdos, a começar pela apresentação dos projetos e atividades do Fórum em três idiomas: português, inglês e espanhol.

O site do Fórum traz informações sobre as publicações mais recentes, além dos seminários e eventos promovidos pelo Fórum. Traz também os boletins informativos do Fórum e, em breve, disponibilizará para *download* a íntegra dos textos publicados na série Cadernos Fórum Civil.

Para maiores informações sobre as atividades do Fórum da Sociedade Civil nas Américas use o novo e-mail: [forumcivil@alternex.com.br](mailto:forumcivil@alternex.com.br)

## DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL

O Fórum da Sociedade Civil nas Américas lançou, no dia 3 de maio de 2001, mais um número da Coleção **Cadernos Fórum Civil**.

A publicação Direitos Humanos no Mercosul, apresenta um quadro comparativo da incorporação dos direitos humanos na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Analisa avanços e obstáculos para seu exercício, além das necessidades e demandas que ainda permanecem em termos do ordenamento normativo. Identificamos o “Estado da Arte” dos direitos humanos no Cone Sul do continente, as recorrências, especificidades, principais conquistas e lacunas tanto no que se refere a seu marco legal quanto aos instrumentos para sua efetivação.

O estudo pretende contribuir para que a integração entre estes países seja um fator de aprofundamento dos direitos humanos, tanto em termos da incorporação de novas dimensões da vida na esfera destes direitos como no que diz respeito a sua indivisibilidade. Seu objetivo é o de contribuir para o estabelecimento de um patamar básico de direitos políticos, sociais, civis, ambientais, de saúde e de proteção contra discriminações de gênero, raça e etnia ao qual devem os países membros aderir e respeitar, mediante a proposição de uma agenda de direitos humanos para o Mercosul.



Por ocasião do lançamento do livro, a Cepia/Fórum da Sociedade Civil nas Américas organizou no Rio de Janeiro um debate sobre “A promoção dos direitos humanos nos processos de integração regional”. Participaram do debate Leila Linhares e Jacqueline Pitanguy, diretoras da Cepia; José Barzelatto, Presidente do Conselho Diretor do Fórum da Sociedade Civil nas Américas; Silvína Ramos, do Centro de Estudios de Estado y Sociedad – Cedes (foto). Também participaram Dr. Luiz Carlos Galindo de Medeiros, assessor do representante da presidência da República para assuntos do Mercosul; Dr. Alcides Costa Vaz, professor do Departamento de Relações Internacionais da UNB e Rosana Heringer, uma das organizadoras da publicação. Além de representantes de ONGs e núcleos de estudos em universidades, também estiveram presentes ao lançamento os cônsules dos Estados Unidos e da Argentina.



FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL  
NAS AMÉRICAS  
Volume 4, em português e  
na sua versão em espanhol

Consideramos necessário estabelecer uma agenda social e de direitos humanos para o Mercosul, que possa desempenhar o papel chave de fornecer um parâmetro para a integração comercial, determinando limites para abusos e discriminações inaceitáveis nos países integrantes do bloco e definindo níveis desejáveis de bem estar a serem alcançados. Esta agenda incorpora questões relacionadas ao trabalho, à equidade de gênero, étnica e racial, aos direitos sexuais e reprodutivos, à violência doméstica, proteção ambiental e migração.

A legislação referente a direitos humanos nos países do Mercosul apresenta convergências relevantes em algumas temáticas fundamentais para a elaboração de uma agenda comum.



Entretanto este estudo indica também a presença de discrepâncias significativas que suscitam à necessidade de que se proceda a uma ampla discussão entre organizações da sociedade civil, governos e setores comerciais no sentido de estabelecer consenso em torno de alguns direitos básicos de cidadania que deveriam ser reconhecidos por todos os estados membros. Estes direitos expressos em legislações, políticas públicas e acordos, constituiriam um *passaporte* de proteção aos direitos humanos no Mercosul, sem o qual a proposta de uma efetiva integração no Cone Sul não se realizará.

Recentemente, esta publicação foi traduzida para o espanhol, visando uma melhor circulação do seu conteúdo nos países do Mercosul e no conjunto da América Latina. A versão em es-

panhol – *Derechos Humanos en el Mercosur* – será lançada no Uruguai em 2002, em articulação com a ONG Cotidiano Mujer.



Lançamento do livro "Direitos Humanos no Mercosul"



Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero Volume 4

## AS MULHERES E A LEGISLAÇÃO CONTRA O RACISMO

No ano da realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a Cepia lançou o v. 4 da coleção Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero dedicado à legislação específica criada para coibir e punir a discriminação racial e também para promover o acesso aos direitos civis.

As Mulheres e a Legislação contra o Racismo procura dar visibilidade aos instrumentos le-

gais nacionais e internacionais que repudiam o racismo em todas as suas formas, discutir o impacto diferenciado que esse tipo de discriminação tem sobre as mulheres e apontar para a necessidade de utilizar os instrumentos e mecanismos legais para demandar o cumprimento da lei.

Os três artigos publicados neste volume contemplam aspectos variados da situação das mulheres negras e indígenas no Brasil. Hédio Silva Jr. analisa historicamente as discriminações raciais contra os negros e aponta a necessidade de demandas judiciais específicas para as mulheres negras. Leila Linhares Barsted e Jacqueline Hermann destacam as leis federais, estaduais e municipais que, por pressão do movimento negro, vêm sendo elaboradas nas últimas décadas contra o racismo, bem como apontam para a coerência entre a legislação nacional e a legislação internacional. Contrapõem a lei à força da realidade dos dados estatísticos disponíveis que flagram a grave situação vivenciada, sobretudo, pelas mulheres negras no Brasil. Jacqueline Pitanguy e Rosana Heringer



Lançamento do Livro "As mulheres e a legislação contra o racismo", em Durban, África do Sul



analisam os efeitos da integração regional e econômica proposta pelo Mercosul sobre as ações políticas necessárias e específicas para o combate das desigualdades étnicas, raciais, sociais e culturais em cada um dos países que integram o bloco. No que se refere especificamente às mulheres, alguns dados já permitem afirmar que estas são ainda mais afetadas que os homens pelas políticas de liberação comercial e integração de mercados.

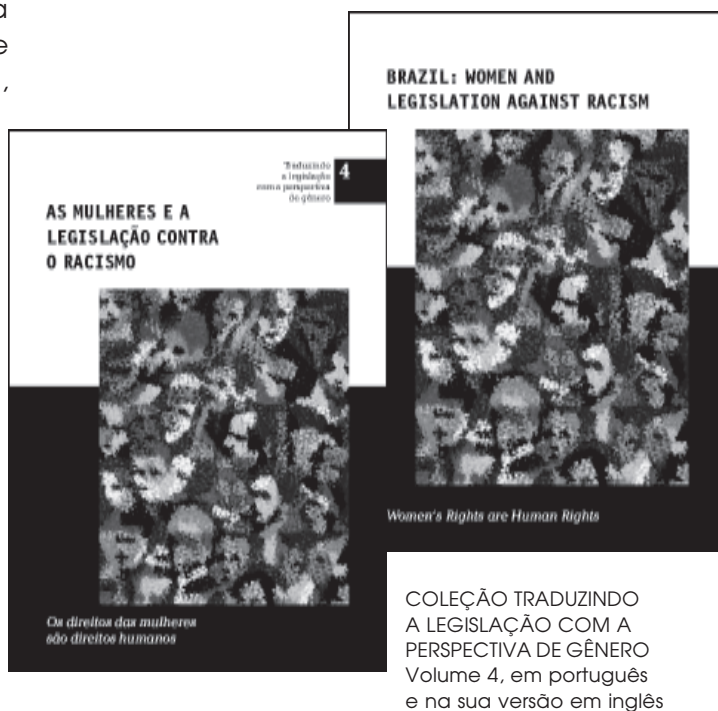
Este volume publica ainda alguns documentos internacionais na íntegra, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979. Publicamos ainda o Protocolo Facultativo a essa Convenção de 1979, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 15 de outubro de 1999 e assinado pelo governo brasileiro em 2001, além da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

A versão em inglês desta publicação foi lançada durante o Fórum das ONGs, paralelo à Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul. O primeiro lançamento ocorreu durante evento organizado pelo Global Fund for Women (GFW), que reuniu representantes de organizações de mulheres de várias partes do mundo que recebem apoio do GFW. O segundo ocorreu durante a audiência pública sobre a interseção entre gênero e racismo, promovida pelo Center for Women Global Leadership, dos EUA.

A versão em português também contou com vários eventos de lançamento no Brasil, em atividades relacionadas com o debate sobre a Conferência Mundial contra o Racismo, na Universidade Candido Mendes e na Universidade Estácio de Sá, ambas no Rio de Janeiro.

Os interessados em receber gratuitamente um exemplar do livro (em inglês ou português) podem fazer o pedido pelo e-mail: [forumcivil@alternex.com.br](mailto:forumcivil@alternex.com.br)

Com mais esse volume da Coleção *Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero* procuramos enriquecer o debate e a luta pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, e contribuir para a consolidação dos Direitos Humanos e da cidadania feminina no Brasil.



## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. UM GUIA DE DEFESA, ORIENTAÇÃO E APOIO

A 4ª edição, ampliada e revisada desse Guia sairá em janeiro de 2002, dando continuidade a um trabalho da Cepia, que desde 1996, em parceria com o Cedim, tem subsidiado as ações de apoio a mulheres vítimas de violência. Essa nova edição contou com o apoio da Fundação Ford, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, do BID e do Unifem.

## MULHERES PALESTINAS SOB O JUGO DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE

Sumaya Fahat-Naser



Jacqueline Pitanguy e Sumaya Fahat-Naser

A seguir, apresentamos uma síntese da entrevista realizada com Sumaya Fahat-Naser, feita por Jacqueline Pitanguy, por ocasião da reunião do Conselho Diretor do Fundo Global para Mulheres, realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 2001. Mais do que uma entrevista, seu depoimento pessoal apresenta-se como um testemunho da situação vivida por milhões de mulheres palestinas que se encontram há mais de 30 anos sob o jugo da ocupação israelense.

Sumaya nasceu em Bezet. Estudou Botânica e Biologia na Alemanha e foi professora universitária na Palestina por 20 anos. Atualmente dirige o Jerusalem Center for Women (Centro de Mulheres de Jerusalém), trabalhando junto com mulheres israelenses pela paz. Vive em território palestino ocupado há 34 anos. É membro do Conselho Diretor do Fundo Global para Mulheres (Global Fund for Women).

Ouçamos Sumaya e lembremo-nos de Viena, Beijing, Durban e da conclusão de todas estas reuniões, afirmando que os direitos humanos são para todos e que os direitos das mulheres são direitos humanos.

“Estou cansada desta guerra, cujas causas têm como origem a disputa dos dois lados pelo mesmo território. A realidade é muito amarga e é necessário chegar a um acordo. Há milhares de pessoas, dos dois lados, trabalhando para que se chegue a um acordo. Entretanto, a fim de que se implemente um processo de paz, Israel deve retirar-se dos territórios palestinos ocupados em 1967. As fronteiras anteriores a 1967 já implicavam que Israel detinha 78% do território palestino de então. Os palestinos devem portanto receber os 22% do seu território, o que foi acordado em resolução da ONU.

O processo de paz não foi de encontro às expectativas dos palestinos. Caso o Estado Palestino seja estabelecido, palestinos e israelenses poderiam coexistir pacificamente. Entretanto, os territórios ocupados nunca foram devolvidos e a ocupação israelense nunca terminou... Durante o processo de paz, 7 acordos foram assinados, mas não são respeitados. Além de não devolver os territórios ocupados, Israel pretende exercer mais controle sobre os palestinos, o que representa a criação de um sistema de *apartheid*. Gaza, uma faixa de terra de 72km de largura e 45km de comprimento, está dividida. Em 60% deste território vivem 1 milhão de palestinos, e nos outros 40% vivem 5000 israelenses, cercados de 18.000 soldados israelenses para protegê-los. Sua presença lá é ilegal e, portanto, perigosa. Eles deveriam deixar a Faixa de Gaza imediatamente. Enquanto eles têm piscinas e jardins, os palestinos não têm nem água para beber.

Convivemos com tanques e soldados israelenses em nossa terra. Há dois sistemas de rodovias, um para os palestinos e outro para os israelenses. Uma pessoa

não pode locomover-se de Gaza para a Cisjordânia sem permissão do exército israelense. Mesmo Arafat, presidente da Autoridade Palestina, parlamentares ou funcionários públicos não podem deslocar-se sem permissão. As famílias ficam dispersas. E, o que é pior, estas permissões estão suspensas há 11 meses, dificultando o funcionamento da administração e dos serviços públicos. Esta é uma forma de paralisar a vida na Palestina, pressionando o povo para que aceite a ocupação.

A Cisjordânia está dividida em 3 zonas. Jerusalém é o centro. Há mais de 10 anos os palestinos não podem ir para Jerusalém sem permissão militar. Há 34 anos não temos permissão para pernoitar em Jerusalém. Meus filhos não podem visitar Jerusalém. Vivo há meia hora de Jerusalém, mas meu filho de 26 anos esteve lá apenas 3 vezes. Os estudantes não têm permissão para visitar Jerusalém.

Cada parte da Cisjordânia é dividida como se estivéssemos em 3 grandes prisões sem conexão entre si, como se houvessem celas e, dentro dessas, outras celas menores dentro de cada uma das prisões. Todas as 500 cidades e vilarejos estão sem contato entre si. Temos que atravessar vários postos de policiamento israelenses quando nos deslocamos de um lugar para o outro. Quando vou de casa para o trabalho pego um táxi, e no percurso passo por um posto israelense a cada 5km. É preciso sair do carro e atravessar a pé uma distância de 1 a 2km. Com bolsas e malas. Toma-se um outro táxi e encontra-se um novo posto, alguns quilômetros depois, soldados de novo e novas caminhadas, muitas vezes sob o sol forte. É um exercício de privação e desrespeito aos di-

***Nossa sociedade e nossa terra são tirados à força. Nós, palestinos, temos tanto valor quanto os israelenses. Não há como Israel viver em paz e segurança se este valor não for reconhecido.***

reitos humanos. Um trajeto que, normalmente, não levaria mais que meia hora, leva 2 ou 3 horas nestas condições. E como sempre há algum tipo de violência ou constrangimento nestes posto militares, este percurso é cheio de medo e ansiedade.

Se uma família vive em Jerusalém, seus integrantes possuem carteira de identidade de Jerusalém. Em função das dificuldades econômicas, muitos homens vão trabalhar em outros lugares, como a Jordânia ou os países do Golfo. Entretanto, estes homens mantêm seu direito de residência, que são renovados desde que eles compareçam anualmente a Jerusalém. Geralmente eles vêm visitar a família uma vez por ano, para o Ramadan ou a Páscoa. De quatro anos para cá as regras mudaram. Os homens chegam a fronteira e os soldados dizem que eles não têm direito de regressar, caso estejam trabalhando fora do país por mais de sete anos. E então a família, que vive em Jerusalém, tem que migrar.

Conheço um professor que trabalha em Belém e vive em Jerusalém com a família. Ele trabalha lá há vários anos. Agora, com esta nova regra, os soldados dizem que ele não pode mais vir para Jerusalém. É uma distância de apenas 10km. Sua mulher e filhos receberam uma carta do Ministério do Interior pedindo que provem sua residência em Jerusalém, comprovando-a através de uma conta de telefone ou luz em seu nome. Entretanto, em nosso mundo, 99% das contas e títulos de propriedade são em nome dos homens. As mulheres não possuem portanto comprovante de residência. Portanto ela tem que sair, uma situação que afeta também os filhos. Se o marido está fora do país e a mulher não tem como comprovar residência, os filhos não podem ser registrados, informando o local de nascimento. Sem isso as crianças não têm direito a um documento de identidade, tornando-se impossível cadastrar-se para receber assistência médica ou frequentar escola. Nessas condições, ao completar 15 anos, o adolescente é considerado um cidadão ilegal e é obrigado a sair do país.

A situação é terrível, especialmente para as mulheres. Elas carregam o fardo da situação. Há dois sistemas legais, um para israelenses e outro para palestinos. O primeiro é democrático e liberal e o segundo é discriminatório e violador dos direitos humanos básicos. Por exemplo, se uma mulher decide divorciar-se e não tem comprovante de residência na cidade, o que acontece com frequência, ela será obrigada a sair. Ou então ela

terá que submeter-se à brutalidade do marido e continuar casada. Há milhares de mulheres casadas nos territórios ocupados que não podem deixar o país, senão não poderão voltar.

Em relação à educação a situação também é terrível. Como o movimento de pessoas é tão restrito e é tão perigoso se locomover, as meninas não são enviadas a escola. O número de mulheres nas universidades caiu tremendamente. A idade média de casamento para as mulheres declinou e as famílias deixam suas jovens casar-se cada vez mais cedo para que possam ter alguém para cuidar delas. Além disso, as jovens que possuem maior escolaridade têm mais dificuldade em conseguir um marido, pois há preconceito contra as mesmas. Na minha família, meus três irmãos estão proibidos de voltar para casa. Suas propriedades e seus direitos de herança foram considerados propriedade de Israel e doados a famílias israelenses nos territórios ocupados. Nossa sociedade e nossa terra são tirados à força. Nós, palestinos, temos tanto valor quanto os israelenses. Não há como Israel viver em paz e segurança se este valor não for reconhecido.

O direito de herança é injusto. Uma mulher herda apenas 1/3 da propriedade e, se não tiver filhos, apenas 1/8. É errado que uma mulher só possa tirar seu passaporte com a permissão do marido. Se ela não for casada e não tiver pai, mesmo um irmão de 13 ou 14 anos pode ser chamado para lhe dar esta permissão. Nós mulheres temos que lutar para sermos reconhecidas como iguais pelos homens. Muitas ações são articuladas pelo movimento de mulheres a fim de atingir maior igualdade e autonomia para tomar decisões e determinar nossos destinos. //

